
Sumário

Prefácio, xxix

Nota à 3ª edição, xxxiii

Nota à 2ª edição, xxxv

Apresentação, xxxvii

1 Petição Inicial, 1

1.1 Considerações doutrinárias, 1

1.1.1 Conceito de petição inicial, 1

1.1.2 Importância da petição inicial na realidade do processo civil, 2

1.1.3 Conseqüências de uma petição inicial imperfeita, 2

1.1.4 Estrutura da petição inicial, 3

1.1.5 Requisitos legais aplicáveis à petição inicial, 4

1.1.6 Requisitos da petição inicial aplicáveis aos demais ritos e às demais espécies de jurisdição, diferentes da jurisdição de conhecimento, 8

1.1.7 Documentos obrigatórios à propositura da ação, 9

1.2 Petição inicial comentada, 10

1.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a distribuição da petição inicial em juízo, 17

1.4 Casuística sobre a petição inicial, 18

1.5 Súmulas aplicáveis à petição inicial, 19

2 Contestação, 20

- 2.1 Considerações doutrinárias, 20
 - 2.1.1 Conceito de contestação, 20
 - 2.1.2 Importância da contestação na realidade do processo civil, 21
 - 2.1.3 Conseqüências de uma contestação imperfeita, 22
 - 2.1.4 Prazo para a apresentação da contestação, 22
 - 2.1.5 Estrutura da contestação, 24
 - 2.1.6 Requisitos da contestação aplicáveis aos demais ritos e às demais espécies de jurisdição, diferentes da jurisdição de conhecimento, 29
 - 2.1.7 Documentos que acompanham a contestação, 30
- 2.2 Contestação comentada, 30
- 2.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da contestação, 36
- 2.4 Casuística sobre a contestação, 37
- 2.5 Súmulas aplicáveis à contestação, 38

3 Exceção de Incompetência Relativa, 39

- 3.1 Considerações doutrinárias, 39
 - 3.1.1 Conceito de exceção de incompetência relativa, 39
 - 3.1.2 Importância da apresentação da exceção de incompetência relativa na realidade do processo civil, 40
 - 3.1.3 Conseqüências da não-apresentação da exceção de incompetência relativa, 40
 - 3.1.4 Estrutura da petição da exceção de incompetência relativa, 41
 - 3.1.5 Prazo para a apresentação da exceção de incompetência relativa, 42
 - 3.1.6 Exigência fiscal para o oferecimento da exceção de incompetência relativa, 42
 - 3.1.7 Requisitos da exceção de incompetência relativa aplicáveis aos demais ritos e às demais espécies de jurisdição, diferentes da jurisdição de conhecimento, 43
 - 3.1.8 Suspensão do processo em face da apresentação da exceção de incompetência relativa, 43
 - 3.1.9 Natureza jurídica da decisão que põe fim à exceção de incompetência relativa, 44
- 3.2 Exceção de incompetência relativa comentada, 45

- 3.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da exceção de incompetência relativa, 47
- 3.4 Casuística sobre a exceção de incompetência relativa, 48
- 3.5 Súmulas aplicáveis à exceção de incompetência relativa, 49

4 Reconvenção, 50

- 4.1 Considerações doutrinárias, 50
 - 4.1.1 Conceito de reconvenção, 50
 - 4.1.2 Importância da reconvenção na realidade do processo civil, 51
 - 4.1.3 Conseqüências da não-apresentação da reconvenção, 51
 - 4.1.4 Estrutura da petição inicial da reconvenção, 52
 - 4.1.5 Prazo para o oferecimento da reconvenção, 53
 - 4.1.6 Reconvenção na realidade dos ritos sumário e sumaríssimo, 53
 - 4.1.7 Documentos obrigatórios à apresentação da reconvenção, 54
 - 4.1.8 Natureza jurídica da decisão que põe fim à reconvenção e suas conseqüências processuais, 55
- 4.2 Reconvenção comentada, 55
- 4.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da reconvenção, 60
- 4.4 Casuística sobre a reconvenção, 61
- 4.5 Súmulas aplicáveis à reconvenção, 62

5 Impugnação ao Valor da Causa, 63

- 5.1 Considerações doutrinárias, 63
 - 5.1.1 Conceito de impugnação ao valor da causa, 63
 - 5.1.2 Importância da impugnação ao valor da causa na realidade do processo civil, 64
 - 5.1.3 Conseqüências da não-apresentação da impugnação ao valor da causa, 64
 - 5.1.4 Estrutura da impugnação ao valor da causa, 65
 - 5.1.5 Prazo para o oferecimento da impugnação ao valor da causa, 65
 - 5.1.6 A impugnação ao valor da causa na realidade dos ritos sumário e sumaríssimo, 66
 - 5.1.7 Exigência fiscal para a apresentação da impugnação ao valor da causa, 66

- 5.1.8 Natureza jurídica da decisão que põe termo ao incidente de impugnação ao valor da causa e o recurso vocacionado ao seu combate, 66
 - 5.1.9 Dispositivos de lei a serem consultados pelo impugnante para a apresentação da manifestação em estudo, 67
 - 5.1.10 Causas que apresentam valor de causa para mero efeito fiscal, 67
 - 5.2 Impugnação ao valor da causa comentada, 68
 - 5.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da impugnação ao valor da causa, 70
 - 5.4 Casuística sobre a impugnação ao valor da causa, 71
- 6 Réplica, 73**
- 6.1 Considerações doutrinárias, 73
 - 6.1.1 Conceito de réplica, 73
 - 6.1.2 Importância da réplica na realidade do processo civil, 74
 - 6.1.3 Conseqüências do não-oferecimento da réplica, 74
 - 6.1.4 Prazo para o oferecimento da réplica, 75
 - 6.1.5 Réplica na realidade de outros ritos processuais, diferentes do comum ordinário, 75
 - 6.2 Réplica comentada, 76
 - 6.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da réplica, 78
 - 6.4 Casuística sobre a réplica, 79
- 7 Agravo Retido, 81**
- 7.1 Considerações doutrinárias, 81
 - 7.1.1 Conceito de agravo retido, 81
 - 7.1.2 Importância do recurso de agravo retido na realidade do processo civil, 82
 - 7.1.3 Conseqüência da não-interposição do recurso de agravo retido, 82
 - 7.1.4 Estrutura da petição de interposição do agravo retido, 83
 - 7.1.5 Dispensa das custas processuais como requisito de admissibilidade do recurso de agravo retido, 84
 - 7.1.6 Dispensa do traslado de peças na realidade do agravo retido, 84
 - 7.1.7 Hipóteses de retenção necessária, 84
 - 7.1.8 Necessidade de reiteração das razões do recurso de agravo retido como preliminar da apelação e/ou das contra-razões, 85
 - 7.2 Agravo retido comentado, 86
 - 7.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso de agravo retido, 88
 - 7.4 Casuística sobre o recurso de agravo retido, 88
 - 7.5 Transcrição da Lei nº 11.187, de 19 de outubro de 2005, que impôs modificação no panorama do agravo retido, 89
- 8 Agravo de Instrumento, 91**
- 8.1 Considerações doutrinárias, 91
 - 8.1.1 Conceito de agravo de instrumento, 91
 - 8.1.2 Importância do recurso de agravo de instrumento na realidade do processo civil, 92
 - 8.1.3 Conseqüências da não-interposição do recurso de agravo de instrumento, 92
 - 8.1.4 Estrutura da petição de interposição do recurso de agravo de instrumento, 93
 - 8.1.5 Requisitos da petição de interposição do recurso de agravo de instrumento, 93
 - 8.1.6 Prazo para a interposição do recurso de agravo de instrumento, 94
 - 8.1.7 Juntada de cópia da petição de interposição do recurso em companhia da relação dos documentos que o instruíram como condição para o conhecimento da espécie, 94
 - 8.1.8 Recurso de agravo de instrumento na realidade do rito sumaríssimo, 95
 - 8.1.9 Agravo de instrumento *versus* agravo retido, 96
 - 8.1.10 Atribuição de efeito suspensivo ou deferimento da tutela antecipada recursal, 96
 - 8.2 Agravo de instrumento comentado, 97
 - 8.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso de agravo de instrumento, 105
 - 8.4 Casuística sobre o recurso de agravo de instrumento, 105
 - 8.5 Súmulas aplicáveis ao recurso de agravo de instrumento, 107
- 9 Razões Finais, 109**
- 9.1 Considerações doutrinárias, 109

- 9.1.1 Conceito de razões finais, 109
- 9.1.2 Importância das razões finais na realidade do processo civil, 110
- 9.1.3 Conseqüências da não-apresentação das razões finais, 111
- 9.1.4 Prazo para a apresentação das razões finais, 111
- 9.1.5 Estrutura do memorial de razões finais, 111
- 9.1.6 Requisitos das razões finais aplicáveis aos demais ritos e às demais espécies de jurisdição, diferentes da jurisdição de conhecimento, 112
- 9.2 Razões finais comentadas, 112
- 9.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação das razões finais, 116
- 9.4 Casuística sobre as razões finais, 116

10 Embargos de Declaração, 118

- 10.1 Considerações doutrinárias, 119
 - 10.1.1 Conceito de embargos de declaração, 119
 - 10.1.2 Importância do recurso de embargos de declaração na realidade do processo civil, 119
 - 10.1.3 Conseqüências originadas da não-interposição do recurso de embargos de declaração, 120
 - 10.1.4 Prazo para a interposição do recurso de embargos de declaração, 120
 - 10.1.5 Estrutura da petição de interposição do recurso de embargos de declaração, 121
 - 10.1.6 Dispensa das custas como condição para a interposição do recurso de embargos de declaração, 121
 - 10.1.7 Interrupção do prazo para o aforamento do recurso principal como uma das conseqüências da interposição do recurso de embargos de declaração, 121
 - 10.1.8 Recurso de embargos de declaração em outros ritos processuais, diferentes do rito comum ordinário, 122
 - 10.1.9 Reconhecimento do caráter procrastinatório do recurso de embargos de declaração e suas conseqüências processuais, 122
 - 10.1.10 Necessidade de abertura de vista ao recorrido para apresentação de impugnação à espécie, na hipótese de o recurso de embargos de declaração ter pretensão modificativa ou infringente, 123

- 10.2 Embargos de declaração comentados, 123
- 10.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso de embargos de declaração, 124
- 10.4 Casuística sobre o recurso de embargos de declaração, 125
- 10.5 Súmulas aplicáveis aos embargos de declaração, 126

11 Apelação, 128

- 11.1 Considerações doutrinárias, 128
 - 11.1.1 Conceito de apelação, 128
 - 11.1.2 Importância do recurso de apelação na realidade do processo civil, 129
 - 11.1.3 Conseqüências da não-interposição do recurso de apelação, 129
 - 11.1.4 Prazo para a interposição do recurso de apelação, 130
 - 11.1.5 Estrutura da peça de interposição do recurso de apelação, 130
 - 11.1.6 Princípio da congruência ou da correlação na realidade do recurso de apelação, 131
 - 11.1.7 Início de prequestionamento da matéria no recurso de apelação. Exigência de uma conduta diligente do recorrente, 131
- 11.2 Apelação comentada, 132
- 11.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso de apelação, 138
- 11.4 Casuística sobre o recurso de apelação, 139

12 Embargos Infringentes, 141

- 12.1 Considerações doutrinárias, 141
 - 12.1.1 Conceito de embargos infringentes, 141
 - 12.1.2 Importância do recurso de embargos infringentes na realidade do processo civil, 142
 - 12.1.3 Conseqüências da não-interposição do recurso de embargos infringentes, 143
 - 12.1.4 Prazo para a interposição do recurso de embargos infringentes, 143
 - 12.1.5 Estrutura da peça de interposição do recurso de embargos infringentes, 144
 - 12.1.6 Delegação de competência ao regimento interno do tribunal para dispor acerca da tramitação e do julgamento do recurso de embargos infringentes, 145

- 12.1.7 Recurso de embargos infringentes e o mandado de segurança, 145
 - 12.2 Embargos infringentes comentados, 146
 - 12.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso de embargos infringentes, 149
 - 12.4 Casuística sobre o recurso de embargos infringentes, 149
 - 12.5 Súmulas aplicáveis aos embargos infringentes, 151
- 13 Recurso Especial, 153**
- 13.1 Considerações doutrinárias, 153
 - 13.1.1 Conceito de recurso especial, 153
 - 13.1.2 Importância do recurso especial na realidade do processo civil, 154
 - 13.1.3 Conseqüências da não-interposição do recurso especial, 155
 - 13.1.4 Prazo para a interposição do recurso especial, 155
 - 13.1.5 Estrutura da petição de interposição do recurso especial, 155
 - 13.1.6 Requisito formal para a interposição do recurso especial na hipótese de se fundar na divergência jurisprudencial, 156
 - 13.1.7 Impossibilidade de interposição do recurso especial para o combate de decisão proferida por Turma de Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, 158
 - 13.1.8 Recolhimento das custas relativas ao porte de remessa e de retorno como condição para a interposição do recurso especial, 158
 - 13.1.9 Lei nº 11.672/2008 e sua repercussão em relação ao recurso especial, 159
 - 13.2 Recurso especial comentado, 160
 - 13.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso especial, 164
 - 13.4 Casuística sobre o recurso especial, 164
 - 13.5 Súmulas aplicáveis ao recurso especial, 166
- 14 Recurso Extraordinário, 168**
- 14.1 Considerações doutrinárias, 168
 - 14.1.1 Conceito de recurso extraordinário, 168
 - 14.1.2 Importância do recurso extraordinário na realidade do processo civil, 169

- 14.1.3 Conseqüências da não-interposição do recurso extraordinário, 170
- 14.1.4 Prazo para a interposição do recurso extraordinário, 171
- 14.1.5 Estrutura da petição de interposição do recurso extraordinário, 171
- 14.1.6 Possibilidade de interposição do recurso extraordinário para o combate de decisão proferida por Turma de Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, 172
- 14.1.7 Recolhimento das custas relativas ao porte de remessa e de retorno como condição para a interposição do recurso extraordinário, 172
- 14.2 Recurso extraordinário comentado, 173
- 14.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso extraordinário, 181
- 14.4 Casuística sobre o recurso extraordinário, 182
- 14.5 Súmulas aplicáveis ao recurso extraordinário, 183

15 Agravo Legal, 186

- 15.1 Considerações doutrinárias, 186
 - 15.1.1 Conceito de agravo legal, 186
 - 15.1.2 Coincidência da nomenclatura do agravo legal com a denominação dada ao agravo de instrumento, ao agravo retido e ao agravo regimental, 188
 - 15.1.3 Afastamento do princípio da fungibilidade diante da utilização equivocada de espécie recursal, quando cabível o agravo legal, 189
 - 15.1.4 Importância do recurso de agravo legal na realidade do processo civil, 190
 - 15.1.5 Conseqüências da não-interposição do recurso de agravo legal, 190
 - 15.1.6 Prazo para a interposição do recurso de agravo legal, 190
 - 15.1.7 Recolhimento das custas como condição para a interposição do recurso de agravo legal, 191
 - 15.1.8 Conteúdo da petição de interposição do recurso de agravo legal, 191
- 15.2 Agravo legal comentado, 192
- 15.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a interposição do recurso de agravo legal, 196

- 15.4 Casuística sobre o agravo legal, 197
- 15.5 Súmulas aplicáveis ao agravo legal, 199
- 16 Petição Inicial da Ação de Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, Apoiada em Título Executivo Extrajudicial, 200**
 - 16.1 Considerações doutrinárias, 201
 - 16.1.1 Conceito de ação de execução, 201
 - 16.1.2 Importância da petição inicial da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente na realidade do processo civil, 204
 - 16.1.3 Conseqüências da não-apresentação da petição inicial da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, 205
 - 16.1.4 Estrutura da petição inicial da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, 206
 - 16.1.5 Documentos que devem acompanhar a petição inicial da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, 208
 - 16.1.6 Ação de execução por quantia certa contra devedor solvente na realidade de outros ritos processuais, 209
 - 16.2 Petição inicial da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente apoiada em título executivo extrajudicial, 210
 - 16.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a distribuição da petição inicial da ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, 212
 - 16.4 Casuística sobre a ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, 213
 - 16.5 Súmulas aplicáveis à ação de execução por quantia certa contra devedor solvente, 214
 - 16.6 Reprodução da Lei nº 11.382/2006, impondo modificações no compartimento da ação de execução apoiada em título extrajudicial, 214
- 17 Exceção de Pré-executividade, 231**
 - 17.1 Considerações doutrinárias, 231
 - 17.1.1 Conceito de exceção de pré-executividade, 231
 - 17.1.2 Importância da exceção de pré-executividade na realidade do processo civil, 233
 - 17.1.3 Conseqüências da não-apresentação da exceção de pré-executividade, 233
 - 17.1.4 Estrutura da petição que articula a exceção de pré-executividade, 234
 - 17.1.5 Prazo para a apresentação da exceção de pré-executividade, 234
 - 17.1.6 Matérias clássicas que dão apoio à exceção de pré-executividade, 235
 - 17.1.7 Eventual suspensão da ação de execução em face da apresentação da exceção de pré-executividade, 235
 - 17.1.8 Natureza jurídica da decisão que põe fim à exceção de pré-executividade e o recurso cabível para o seu combate, 235
 - 17.2 Exceção de pré-executividade comentada, 237
 - 17.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da exceção de pré-executividade, 243
 - 17.4 Casuística sobre a exceção de pré-executividade, 243
- 18 Embargos à Execução, 246**
 - 18.1 Considerações doutrinárias, 246
 - 18.1.1 Conceito de embargos à execução, 246
 - 18.1.2 Importância dos embargos à execução na realidade do processo civil, 247
 - 18.1.3 Conseqüências da não-oposição dos embargos à execução, 248
 - 18.1.4 Prazo para a oposição dos embargos à execução, 248
 - 18.1.5 Estrutura da petição inicial dos embargos à execução, 250
 - 18.1.6 Embargos à execução na realidade de outros ritos processuais, 252
 - 18.2 Embargos à execução comentados, 253
 - 18.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a oposição dos embargos à execução, 256
 - 18.4 Casuística sobre os embargos à execução, 257
 - 18.5 Súmulas aplicáveis aos embargos à execução, 258
- 19 Cumprimento da Sentença, 259**
 - 19.1 Considerações doutrinárias, 259
 - 19.2 Importância da fase de cumprimento da sentença na realidade do processo civil, 262
 - 19.3 Conseqüências de a fase de cumprimento da sentença não ser instaurada, 263
 - 19.4 Prazo para a instauração da fase de cumprimento da sentença, 263

- 19.5 Estrutura da petição que solicita a instauração da fase de cumprimento da sentença, 263
- 19.6 Petição que requer a instauração da fase de cumprimento da sentença comentada, 264
- 19.7 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da petição que requer a instauração da fase de cumprimento da sentença, 266
- 19.8 Casuística sobre a fase de cumprimento da sentença, 267
- 19.9 Primeiras concepções manifestadas pelo TJRJ sobre a fase de cumprimento da sentença e a impugnação, 268

20 Impugnação, 270

- 20.1 Considerações doutrinárias, 270
 - 20.1.1 Conceito de impugnação, 270
 - 20.1.2 Importância da impugnação na realidade do processo civil, 272
 - 20.1.3 Conseqüências da não-oposição da impugnação, 272
 - 20.1.4 Prazo para a oposição da impugnação, 273
 - 20.1.5 Estrutura da impugnação, 273
 - 20.1.6 Impugnação comentada, 274
- 20.2 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a oposição da impugnação, 278
- 20.3 Casuística sobre a impugnação, 279
- 20.4 Primeiras impressões manifestadas pelo TJRJ sobre a impugnação, 280

21 Medida Cautelar, 281

- 21.1 Considerações doutrinárias, 281
 - 21.1.1 Conceito de medida cautelar, 281
 - 21.1.2 Importância da medida cautelar na realidade do processo civil, 282
 - 21.1.3 Conseqüências do não-aforamento da medida cautelar, 282
 - 21.1.4 Aparente semelhança entre a medida cautelar e a antecipação de tutela, 282
 - 21.1.5 Estrutura da petição inicial da medida cautelar, 283
 - 21.1.6 Prazo para o ingresso da ação principal, 287
 - 21.1.7 Documentos que acompanham a petição inicial da medida cautelar, 287
- 21.2 Medida cautelar comentada, 288

- 21.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a propositura da medida cautelar, 293
- 21.4 Casuística sobre a medida cautelar de modo geral, 294
- 21.5 Súmulas aplicáveis à medida cautelar, 296

22 Petição Inicial da Ação de Alimentos, 298

- 22.1 Considerações doutrinárias, 298
 - 22.1.1 Conceito de ação de alimentos, 298
 - 22.1.2 Importância da ação de alimentos na realidade do processo civil, 299
 - 22.1.3 Binômio necessidade de quem pede *versus* possibilidade de quem deve como discussão central da ação de alimentos, 299
 - 22.1.4 Curso da ação de alimentos pelo rito ou procedimento especial, 300
 - 22.1.5 Conseqüências do não-pagamento dos alimentos fixados em decisão interlocutória ou em sentença judicial, no término da ação de alimentos, 301
 - 22.1.6 Estrutura da petição inicial da ação de alimentos, 302
 - 22.1.7 Documentos obrigatórios à propositura da ação de alimentos, 304
- 22.2 Ação de alimentos comentada, 304
- 22.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a distribuição da petição inicial da ação de alimentos, 309
- 22.4 Casuística sobre a ação de alimentos de modo geral, 310
- 22.5 Súmulas aplicáveis à ação de alimentos, 313

23 Postulação Perante os Juizados Especiais Cíveis e Dinâmica Procedimental, 314

- 23.1 Considerações doutrinárias, 314
 - 23.1.1 Hipóteses de competência dos Juizados Especiais Cíveis, 315
 - 23.1.2 Rito sumário e rito sumaríssimo. Convivência entre os procedimentos, 316
 - 23.1.3 Postulação perante os Juizados Especiais Cíveis, 317
 - 23.1.4 Defesa do réu perante os Juizados Especiais Cíveis, 317
 - 23.1.5 Procedimento observado após a apresentação da queixa, 319
 - 23.1.6 Considerações específicas sobre a audiência de instrução e julgamento realizada no panorama das ações de rito sumaríssimo, 320

- 23.1.7 Prolação da sentença e reações do vencido, 321
- 23.2 Termo de queixa comentado, 322
- 23.3 Contestação comentada, 324
- 23.4 Fluxograma dos atos praticados no curso da ação de rito sumaríssimo, 329
- 23.5 Casuística sobre as ações de curso pelos Juizados Especiais Cíveis, 330
- 23.6 Súmulas e enunciados aplicados no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, 331

24 Mandado de Segurança, 334

- 24.1 Considerações doutrinárias, 334
 - 24.1.1 Conceito de mandado de segurança, 334
 - 24.1.2 Importância do mandado de segurança na realidade do processo civil, 335
 - 24.1.3 Conseqüências da não-propositura da ação mandamental, 336
 - 24.1.4 Prazo para a impetração do mandado de segurança, 336
 - 24.1.5 Estrutura da petição inicial do mandado de segurança, 337
 - 24.1.6 Legislação aplicável ao mandado de segurança, 338
 - 24.1.7 Fixação da competência na realidade do mandado de segurança, 339
 - 24.1.8 Presença do direito líquido e certo como condição para a sobrevivência do mandado de segurança, 340
- 24.2 Mandado de segurança comentado, 341
- 24.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a impetração do mandado de segurança, 345
- 24.4 Casuística sobre o mandado de segurança de modo geral, 346
- 24.5 Súmulas aplicáveis ao mandado de segurança, 349

25 Separação Consensual Judicial e Extrajudicial, 352

- 25.1 Considerações doutrinárias, 352
 - 25.1.1 Conceito de ação de separação consensual, 352
 - 25.1.2 Requisitos da petição inicial da ação de separação consensual, 354
 - 25.1.3 Documentos obrigatórios à propositura da ação de separação consensual, 357
- 25.2 Ação de separação consensual comentada, 357

- 25.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a distribuição da petição inicial da ação de separação consensual, 361
- 25.4 Casuística sobre a ação de separação consensual, 361
- 25.5 Súmulas aplicáveis à ação de separação consensual, 364
- 25.6 Separação consensual extrajudicial, 364
- 25.7 Minuta de escritura pública de separação consensual, 368

26 Divórcio Direto Consensual e Divórcio Extrajudicial, 370

- 26.1 Considerações doutrinárias, 370
 - 26.1.1 Conceito de divórcio, 370
 - 26.1.2 Importância da petição inicial da ação de divórcio consensual na realidade do processo civil, 371
 - 26.1.3 Prova do lapso de tempo da separação de fato, 372
 - 26.1.4 Estrutura da petição inicial da ação de divórcio consensual, 372
 - 26.1.5 Documentos que devem acompanhar a petição inicial da ação de divórcio consensual, 375
- 26.2 Ação de divórcio consensual comentada, 376
- 26.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após o oferecimento da petição inicial da ação de divórcio consensual, 379
- 26.4 Casuística sobre a ação de divórcio de modo geral, 379
- 26.5 Súmulas aplicáveis à ação de divórcio de modo geral, 381
- 26.6 Divórcio extrajudicial, 382

27 Petição Inicial da Ação de Despejo por Falta de Pagamento, 384

- 27.1 Considerações doutrinárias, 384
 - 27.1.1 Conceito da ação de despejo, 384
 - 27.1.2 Importância da petição inicial da ação de despejo por falta de pagamento na realidade do processo civil, 385
 - 27.1.3 Conseqüências do não-aforamento da ação de despejo por falta de pagamento, 385
 - 27.1.4 Estrutura da petição inicial da ação de despejo por falta de pagamento, 386
 - 27.1.5 Prazo para o ingresso da ação de despejo por falta de pagamento, 387
 - 27.1.6 Documentos que devem acompanhar a petição inicial da ação de despejo por falta de pagamento, 388

- 27.1.7 Foro competente para o ajuizamento da ação de despejo por falta de pagamento de aluguéis, 388
- 27.1.8 Valor da causa na ação de despejo por falta de pagamento de aluguéis, 389
- 27.2 Ação de despejo por falta de pagamento comentada, 389
- 27.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a distribuição da petição inicial da ação de despejo por falta de pagamento, 392
- 27.4 Casuística sobre a ação de despejo por falta de pagamento, 393
- 27.5 Súmulas aplicáveis à ação de despejo de modo geral, 395
- 28 Petição Inicial da Ação Monitória, 396**
 - 28.1 Considerações doutrinárias, 396
 - 28.1.1 Conceito de ação monitoria, 396
 - 28.1.2 Importância da ação monitoria na realidade do processo civil, 398
 - 28.1.3 Estrutura da petição inicial da ação monitoria, 398
 - 28.1.4 Situações clássicas que ensejam o ingresso da ação monitoria, 401
 - 28.1.5 Documentos obrigatórios à propositura da ação monitoria, 402
 - 28.2 Ação monitoria comentada, 402
 - 28.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a distribuição da petição inicial da ação monitoria, 406
 - 28.4 Casuística sobre a ação monitoria, 407
 - 28.5 Súmulas aplicáveis à ação monitoria, 410
- 29 Inventário Judicial e Extrajudicial, 412**
 - 29.1 Considerações doutrinárias, 412
 - 29.1.1 Conceito de processo de inventário, 412
 - 29.1.2 Importância do inventário na realidade do processo civil, 414
 - 29.1.3 Conseqüências do fato de o processo de inventário não ser instaurado, 414
 - 29.1.4 Requisitos da petição que impõe a abertura do processo de inventário, 415
 - 29.1.5 Documentos obrigatórios à instauração do processo de inventário, 417
 - 29.2 Petição inicial do processo de inventário comentada, 417

- 29.3 Fluxograma dos atos processuais possíveis após a apresentação da petição inicial em juízo, 419
- 29.4 Casuística sobre o processo de inventário, 421
- 29.5 Súmulas aplicáveis ao inventário, 422
- 29.6 Inventário extrajudicial, 423
 - 29.6.1 Minuta de inventário extrajudicial, 427
 - 29.6.2 Lei nº 11.441/2007, 429

30 Ações Possessórias, 431

- 30.1 Considerações doutrinárias, 431
 - 30.1.1 Conceito de ações possessórias, 431
 - 30.1.2 Importância da ação possessória na realidade do processo civil, 432
 - 30.1.3 Conseqüências do não-ajuizamento da ação possessória, 432
 - 30.1.4 Rito ou procedimento da ação possessória, 433
 - 30.1.5 Requisitos da petição inicial da ação possessória, 434
 - 30.1.6 Documentos que acompanham a petição inicial da ação possessória, 437
- 30.2 Petição inicial da ação de reintegração de posse comentada, 438
- 30.3 Fluxograma da ação de reintegração de posse, 444
- 30.4 Casuística sobre a ação possessória, 445
- 30.5 Súmulas aplicáveis à ação possessória, 447

31 Ação de Usucapião, 448

- 31.1 Considerações doutrinárias, 448
 - 31.1.1 Conceito de usucapião, 448
 - 31.1.2 Importância da ação de usucapião na realidade do processo civil, 449
 - 31.1.3 Conseqüências do não-ingresso da ação de usucapião, 449
 - 31.1.4 Estrutura da petição inicial da ação de usucapião, 450
 - 31.1.5 Documentos obrigatórios à propositura da ação de usucapião, 454
- 31.2 Petição inicial da ação de usucapião comentada, 454
- 31.3 Fluxograma da ação de usucapião, 458
- 31.4 Casuística sobre a ação de usucapião, 459
- 31.5 Súmulas aplicáveis à ação de usucapião, 461

32 Ação de Investigação de Paternidade, 463

- 32.1 Considerações doutrinárias, 463
 - 32.1.1 Conceito de ação de investigação de paternidade, 463
 - 32.1.2 Importância da ação de investigação de paternidade na realidade do processo civil, 464
 - 32.1.3 Conseqüências da não-propositura da ação de investigação de paternidade, 464
 - 32.1.4 Representação materna, 465
 - 32.1.5 Ingresso da ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público, 465
 - 32.1.6 Possibilidade de cumulação da ação de investigação de paternidade com a de alimentos, 465
 - 32.1.7 Estrutura da petição inicial da ação de investigação de paternidade, 466
 - 32.1.8 Documentos obrigatórios à propositura da ação de investigação de paternidade, 468
- 32.2 Petição inicial da ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos comentada, 469
- 32.3 Fluxograma da ação de investigação de paternidade, 473
- 32.4 Casuística sobre a ação de investigação de paternidade, 474
- 32.5 Súmulas aplicáveis à ação de investigação de paternidade, 477

Bibliografia, 479

Índice remissivo, 483